

FABRICAÇÃO DE FANTOCHES E SUAS AFRICANIDADES: REFLEXÕES SOBRE A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE.¹

Najla Almeida Marques Pereira

Graduanda em Pedagogia

Universidade Estadual do Ceará; najlaalmeida.1@gmail.com

Beatriz Ricarte Santos

Mestranda em Educação Brasileira

Universidade Federal do Ceará (UFC); ricarte.beatriz@gmail.com

RESUMO: A discussão proposta objetiva desenvolver algumas reflexões acerca das possibilidades de aplicabilidade efetiva da Lei 10.639/03, tomando como base de pesquisa as experiências vivenciadas por estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE) por intermédio de oficina ofertada durante a Semana da Integração na mesma instituição, que se intitulava “Fabricação de fantoches e suas africanidades”. Para tanto, metodologicamente, optou-se pelo referencial afrodescendente de pesquisa. As considerações resultantes do desenvolvimento da oficina nos permite concluir que estamos diante, ainda, de muitos desafios para implementação da referida lei, demonstrando ser necessária uma proposta político-pedagógica por parte da licenciatura que encare como prioridade as questões raciais em sua grade curricular.

Palavras-chave: Africanidades. Identidade. Formação docente.

INTRODUÇÃO

Idealizado e desenvolvido no âmbito da Universidade Estadual do Ceará (UECE), este trabalho objetiva elaborar algumas reflexões a respeito das possibilidades de aplicabilidade efetiva da Lei 10.639/03², levando em consideração aspectos pertinentes ao ambiente educacional, como literatura, brinquedos e brincadeiras. As considerações aqui elaboradas resultam das experiências vivenciadas por intermédio de uma oficina ofertada durante a Semana da Integração da referida instituição, no segundo semestre de 2015, e que se intitulou “Fabricação de fantoches e suas africanidades: dando vida a personagens que contam histórias”. O objetivo inicial da atividade proposta era possibilitar as/aos graduandas/os do curso de Pedagogia o contato com métodos lúdicos, especificamente através da criação de bonecos de fantoche, através dos quais seria possível estabelecer uma representatividade estética negra livre de padrões estereotipados e estabelecidos como socialmente ideais, bem como o conhecimento da trajetória de homens e mulheres importantes na história do movimento negro para o fortalecimento e empoderamento político afrodescendente.

¹Origem: Oficina produzida por estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), ofertada na Semana de Integração 2015.2 do referido curso.

²Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Nesse sentido, tomando como base de pesquisa a ausência, até o momento de elaboração da oficina, de disciplinas na referida licenciatura que contemplem a necessidade de se proporcionar uma formação docente apta a desenvolver uma educação para as relações étnico-raciais nas escolas, a relevância e justificativa da discussão aqui pautada explicita-se na urgência em promover, junto ao alunado universitário, uma didática de descolonização dos saberes acadêmicos e de rompimento com o predomínio do paradigma eurocêntrico/etnocêntrico na educação (MACHADO, 2014). Assim posto, elenca-se como principal objetivo deste trabalho a elaboração de uma análise das experiências vivenciadas no desenvolvimento da atividade, partindo da perspectiva de que, ao tomar a iniciativa de propor tal oficina, as estudantes de Pedagogia tornam-se pesquisadoras/sujeitas da investigação/intervenção, evidenciando a necessidade de uma proposta político-pedagógica por parte da graduação que encare estas questões como prioridades em sua grade curricular.

Para tanto, metodologicamente, optou-se pelo referencial afrodescendente de pesquisa (CUNHA JÚNIOR, 2008), que propõe

[...] uma ruptura de perspectiva sobre o conhecimento, este elege a população negra como fonte ativa do conhecimento e não como objeto. De maneira subjetiva interfere na relação íntima da nossa sociedade sobre os racismos antinegro mentais, a nossa sociedade é perpassada pela ideia da superioridade e de supremacia do pensamento ocidental. Propor o africano e afrodescendente como pensadores ativos fere as ordens mentais instituídas e praticadas (CUNHA JÚNIOR, 2015).

Explicitamos, portanto, que a oficina durou 4 horas e que dela participaram cerca de 53 pessoas – 2 homens e 51 mulheres –, dentre as quais esteve presente um estudante de Filosofia, sendo todos/as os/as outros/as estudantes da Pedagogia. A iniciativa foi idealizada por graduandas também da Pedagogia que, motivadas pela carência dessas discussões na graduação, elaboraram a proposta considerando, além do referencial teórico necessário, suas implicações pessoais, histórias vividas e sentidas na escola e na universidade. Conforme evidencia Munanga (1996, *apud* Sousa, 2010), as alegações de que negros e negras não poderiam estudar sua própria realidade pela necessidade de preservação de uma suposta “neutralidade” científica já foram, há muito, superadas, tornando a compreensão do lugar de fala do pesquisador fundamental para compreender os aspectos investigados.

DESENVOLVIMENTO

Isto posto, apresentaremos como aconteceu a oficina, que teve início com a apresentação dos participantes, que foram indagados a respeito de seu interesse pela atividade. Alguns expressaram o interesse na ludicidade oferecida pelos fantoches, outros optaram por

participar da oficina porque conheciam as mediadoras, ou porque se identificaram com a temática e encontraram na atividade uma oportunidade de discutir/conhecer um pouco mais sobre africanidades. Nesse sentido, os participantes foram instigados a responder dois questionamentos: o que se entende por africanidades e onde podemos encontrá-las?

Na sequência, apresentamos a lei nº 10.639/03 e articulamos um debate sobre sua efetivação nas escolas, na tentativa de trazer para a oficina uma discussão introdutória a respeito de como a temática História e Cultura Africana e Afro-brasileira tem sido encarada pela licenciatura cursada pela maioria dos participantes. Logo após, falamos um pouco acerca da participação dos povos africanos e afrodescendentes na construção histórica e cultural do Brasil, trazendo para o grupo as trajetórias e imagens de Dandara e Zumbi dos Palmares, Carolina de Jesus, João Cândido (O Almirante Negro), Luisa Mahin (figura histórica participante da Revolta dos Malês e mãe biológica de Luís Gama), Machado de Assis, dentre outros. Em seguida, partimos para a fabricação dos fantoches, utilizando caixas de remédio para a construção da cabeça do boneco, tecidos para produção das roupas, canetas hidrográficas para dar forma ao rosto e papel cartolina para dar cor aos bonecos. A intenção era de que os fantoches fossem construídos a partir das imagens dos personagens apresentados, para que, posteriormente, pudessem ser utilizados em uma representação teatral das histórias compartilhadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando questionados a respeito do que entendiam por africanidades e onde estas poderiam ser encontradas, as/os alunas/os responderam de forma evasiva, apresentando algumas concepções estereotipadas a respeito do que significa ser negra/o e demonstrando vago conhecimento acerca de referenciais capazes de ressignificar suas maneiras de ver a negritude em si mesmos e nos outros. Temos como exemplo as respostas: “encontramos africanidades na Bahia, na praia, nas feiras de artesanato, nas comidas típicas, na África”.

Os esforços das mediadoras da oficina nortearam-se, portanto, pela tentativa de elucidar que as africanidades surgem das relações construídas, vividas, são concebidas como uma força em constante movimento, não sendo, pois, um conceito intelectual afastado da realidade (PETIT, 2015), mas estabelecendo-se como ponto de encruzilhada daqueles que partilham experiências de vida, de luta, de ancestralidade. Conforme enfatiza Munanga (2009, p.11),

Se o processo de construção da identidade nasce a partir da tomada de consciência das diferenças entre “nós” e “outros”, não creio que o grau dessa consciência seja idêntico entre todos os negros, considerando que todos vivem em contextos socioculturais diferenciados.

Assim, apontamos que a importância da descolonização de saberes acadêmicos explicita-se através da ressignificação do que se entende por negritude, na desconstrução de estereótipos que insistem em distanciar de nossa realidade os processos de construção identitária negra, pois “[...] a luta dos negros pelo reconhecimento de sua importância não é recente, há muito tempo os movimentos sociais travam uma batalha em prol da valorização de sua história, em uma sociedade extremamente taxativa, preconceituosa e racista.” (FRANÇA; TORRES; SOBRINHO, 2015, p. 42).

Quando apresentados à lei nº 10.639/03, muitas/os universitárias/os alegaram não ter ciência a respeito da existência de tal lei, e as/os poucas/os que a conheciam relataram nunca ter presenciado qualquer aula na graduação que fizesse menção à obrigatoriedade da temática História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas, o mesmo acontecendo em seus estágios supervisionados ou como bolsistas de iniciação à docência. A ausência dessa discussão nas licenciaturas acerca de como elaborar uma educação para as relações étnico-raciais, contextualizada, também, a partir das relações raciais conflituosas em nosso país, evidencia a necessidade de se desenvolver uma formação docente pautada na superação do racismo (TRAGTENBERG, 2008) e na afirmação da existência e resistência negra nos espaços educativos.

Os relatos dos alunos e sua dificuldade em reconhecer referenciais de negritude a partir de suas experiências, bem como a indiferença com a qual esta temática tem sido tratada no contexto de um curso de formação de professores denota que a universidade, como ambiente diverso e espaço de conflitos,

[...] reproduz as relações de poder e discriminação externas a ela, de um lado, sedimentando um modelo imposto pela ideologia burguesa dominante de preservação de práticas e saberes excludentes; de outro, com experiências, ainda pontuais, criando espaços de novas percepções e promoção de novas maneiras de conviver com a pluralidade cultural (SILVA, 2010, p. 163).

É válido ressaltar, ainda, que, conforme revela Tragtenberg (2008, p. 88), “se o debate sobre racismo brasileiro ainda não foi institucionalmente assumido pelas Universidades brasileiras, percebe-se uma tentativa de ocultação desse racismo”.

Após feitas estas reflexões, as/os alunas/os passaram a refletir melhor a respeito de suas respostas, compartilhando experiências em que o racismo se mostrou presente em espaços educativos por elas/es frequentados. Um participante contou ter sido alvo de racismo religioso enquanto aluno da educação básica, com a não aceitação, por parte de colegas de sala e professores, à escolha da sua religião, o Candomblé, tratando-o sempre como se fosse uma pessoa ruim, excluindo-o de seus convívios. Algumas alunas relataram terem sofrido discriminação por conta de

seus cabelos crespos, tez escura, lábios grossos. A partir de suas próprias histórias, as/os alunas/os passaram a reconhecerem-se nas reflexões pautadas por intermédio da oficina, repensando seus conceitos a respeito do que são as africanidades e onde encontrá-las. O contato com o disposto na lei 10.639/03, portanto, despertou nelas/es um grande interesse em ressignificar a atuação docente em espaços educativos que, para elas/elas, foram e continuam sendo profundamente excludentes.

A etapa de confecção dos fantoches, antecedida pela apresentação das trajetórias das personagens históricas anteriormente citadas, configurou-se como processo de desconstrução de estereótipos estéticos, culturais, históricos a respeito de homens e mulheres negras, além de possibilitar um contato introdutório com as vidas de lideranças nas lutas pelos direitos da população negra. Dessa forma, foi possível, mesmo que timidamente, proporcionar um resgate de aspectos negligentemente ignorados pela história oficial, e que podem ajudar a promover um fortalecimento da identidade negra de alunas/os que, através desses processos educativos, poderão tomar como referência personalidades fortes e cujas trajetórias não são marcadas apenas pela escravização de suas vidas, mas por muitas lutas e resistências.

CONCLUSÃO

Os resultados da oficina repercutiram em muitas mesas redondas da Semana da Integração da UECE, gerando muitos elogios e vontade, por parte dos participantes, de reproduzir a atividade proposta nas escolas em que atuam e nos projetos de que participam. Houve, ainda, o convite, por parte da dona de uma livraria, para que pudéssemos desenvolver a oficina em seu estabelecimento. Assim como nos surpreendeu a quantidade de pessoas interessadas em participar da atividade, também ficamos surpresas com sua repercussão, o que nos permite reafirmar a escassez de espaços dentro da universidade que proporcionem tal discussão.

As reflexões proporcionadas no decorrer da oficina nos permitem expressar que são diversos os desafios para implementação da lei 10.639/03, especialmente no contexto do curso de Pedagogia que, por se configurar em espaço de formação docente, deveria encarar como prioridade a necessidade de se contemplar estas questões. Faz-se fundamental, portanto, que seja assumido um compromisso político-pedagógico por parte da referida licenciatura, para que professoras e professores negras/os e não negras/os possam reconhecerem-se como elemento fundamental no processo de superação do racismo nos espaços educativos.

Assim, compreendemos ser indispensável que articulemos estratégias para a elaboração de uma formação docente pautada na educação para as relações étnico-raciais, prosseguindo com a luta para que as licenciaturas passem a ofertar disciplinas que contemplem o estudo da História da

África e dos Africanos, a História, a Cultura e a Luta dos negros no Brasil, resgatando a participação do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (BRASIL, 2003). No entanto, é preciso considerar que apenas o acesso às informações pertinentes aos aspectos citados não é suficiente. Faz-se necessária, também, a implementação de novas didáticas capazes de ressignificar os cursos de formação docente, de modo que esta discussão possa estender-se à educação básica, transcendendo a teoria e transformando-se em luta e superação das discriminações raciais presentes nesses espaços, proporcionando experiências de aplicabilidade efetiva da Lei Nº 10.639/03.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Metodologia afrodescendente de pesquisa**. Revista do NUPE, São Paulo, ano 6, n. 1, 2008.

FRANÇA, W. A. P. de; TORRES, G.; SOBRINHO, R. G. de S. Leis 10.693/03 e 11.645/0: ferramentas para a autoafirmação étnica e a inclusão do ensino da História e Cultura Afrodescendente. In: NUNES, C; OLIVEIRA, K.R.B. de; SANTOS, A.P. (org). **Anais do Artefatos da Cultura Negra, educação afropensada: repensar o currículo e construir alternativas de combate ao racismo**. Crato-CE: Recurso Digital. Universidade Regional do Cariri, 2015. 811p.

MACHADO, Adilbênia Freire. **Ancestralidade e encantamento como inspirações formativas: filosofia africana mediando a história e cultura africana e afro-brasileira**. Salvador, 2014. 240 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2009.

PETIT, Sandra Haydée. **Pretagogia: pertencimento, corpo-dança afroancestral e tradição oral africana na formação de professoras e professores – contribuições do legado africano para a implementação da lei nº 10.639/03**. Fortaleza: EdUECE, 2015.

SILVA, Assunção de Maria Sousa e. A identidade racial e a leitura em sala de aula. In: BOMFIM, M. do C. A. do; MATOS, K. S. A. L. de; GOMES, A. B. S.; SANTOS, A. C. de S. (org.). **Educação e Diversidade Cultural**. Fortaleza. Edições UFC, 2010. p. 161-176.

SOUSA, Kássia Mota de. **Entre a Escola e a Religião: Desafios para crianças de candomblé em Juazeiro do Norte**. Fortaleza, 2010. 145 p. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE, 2010.

TRAGTENBERG, Marcelo Henrique Romano. Há democracia na universidade sem igualdade racial? Ou da dialética universidade-sociedade na atualidade brasileira. In: GOMES, A. B. S.; CUNHA JÚNIOR, H. (org). **Educação e Afrodescendência no Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2008. P. 77-92.